



E D I T O R I A L

VAMOS SER FINALMENTE TODOS IRMÃOS?

CONGRESSO
INTERNACIONAL
EM BRAGA P. 2

ATENDIMENTO À
CRIANÇA
HOSPITALIZADA P. 4/5

ACTIVIDADE
LÚDICA P. 6

LIGAÇÃO
À COMUNIDADE P. 7



FOTO DE MIGUEL SILVA

A entrada no novo século e milénio trouxe, por todo o lado, uma agitação prospectiva nos órgãos da comunicação social sobre a ocorrência. Desejam uns, afirmam outros que estamos numa viragem histórica, cósmica, social, humanística, no limiar de uma nova era e de uma nova cultura.

A cultura e civilização de que somos herdeiros surgiu num contexto histórico de profundos anseios, que, na impossibilidade de encontrar soluções imediatas por via política, os transferiu para a ordem sobrenatural e os adiou para a vida do Além..

Estava-se igualmente no dealbar de uma nova era astral que prenunciava grandes mutações e que abria às aspirações humanas enormes expectativas na esperança de que as espadas seriam substituídas por alfaías, a guerra pela paz e os homens poderiam usufruir, todos igualmente, da felicidade, da justiça e dos bens da terra por-

que se anunciava que todos os homens eram irmãos. Só que os homens não conseguiram interpretar e aplicar as leis que Deus lhes revelou através dos seus profetas, do seu Filho e dos compiladores e divulgadores da palavra do Filho, os evangelistas.

Assim, impõe-se hoje descobrir caminhos novos neste mundo em perpétuo movimento e evolução, sempre em busca do que eleva, enobrece o ser humano e o confirma como criação de Deus à sua imagem e semelhança, de que Ele se possa orgulhar e em que Ele se queria rever. Que a nova era, que agora começa, possa corresponder finalmente aos anseios profundos e legítimos do ser humano, sem os defraudar. Que o novo século e novo milénio permitam finalmente encontrar e realizar o verdadeiro sentido da Vida e o espírito da verdadeira fraternidade.

MANUELA NOGUEIRA

CONGRESSO INTERNACIONAL EM BRAGA

MUNDOS SOCIAIS E CULTURAIS

DA INFÂNCIA

O Congresso Internacional sobre os Mundos Culturais e Sociais da Infância reuniu em Braga, na Universidade do Minho, cinco centenas de investigadores, educadores e professores e outros profissionais ligados à intervenção nos mundos de vida das crianças, provenientes de vários países, e mobilizou, de 19 a 22 de Janeiro, um conjunto de saberes interdisciplinares, que permitiram pôr em destaque um multifacetado número de aspectos, de que esta resenha das conclusões, da Comissão Científica do Congresso Internacional sobre os Mundos Sociais e Culturais da Infância, é, apenas, uma parcial e imperfeita síntese. Por parte do IAC esteve presente Maria João Malho, que moderou a mesa-redonda "Intervenção Comunitária".

1. O Congresso assinala os 10 anos da Convenção sobre os Direi-

tos da Criança e constituirá a primeira grande reunião científica internacional do ano 2000. O significado simbólico desta data só ganhará uma plena dimensão se isso representar a premonição, no dealbar do milénio, de uma nova era, na construção de um mundo efectivamente capaz de promover o melhor para a criança.

2. O Congresso reconhece o desenvolvimento de um campo de estudo centrado na infância, e releva a sua natureza interdisciplinar, nos seus traços distintivos, pelo estudo das crianças a partir de si próprias, pelo ouvir da sua própria voz e pelo reconhecimento da especificidade da sua condição social e cultural.

3. O Congresso pôs em relevo as formas, os modos e a expressão das crianças na construção dos seus mundos de vida, reconhecendo que as crianças são seres sociais de pleno direito, desenvolvem as suas próprias culturas e constroem sobre o mundo representações e interpretações que são válidas em si mesmas.

4. O Congresso analisou os factores que contribuem para a homogeneização da infância no mundo contemporâneo. Analisou a globalização social e os seus efeitos na generalização de formas culturais dominadas pelo mercado de produtos para a infância, de disseminação mundial, destacou a importância e o impacto dos media, pôs em relevo os factores que promovem a exclusão social da infância, e que fazem com que as crianças sejam, hoje e à escala global, o grupo geracional mais afectado pela pobreza, pela guerra, pelas catástrofes naturais e pelos maus tratos.

5. O Congresso destacou os factores de heterogeneidade no interior da infância, destacando variáveis como a origem social ou étnica, o género, a franja etária, o espaço linguístico. E considerou que coexistem na sociedade con-

temporânea novos factores de desigualdade e que estamos a assistir a mudanças na transformação das imagens e representações sociais da infância dominantes.

6. O Congresso proclamou a intolerabilidade de situações que afectam decisivamente as condições de vida das crianças, como o abuso sexual de crianças, a exploração do trabalho infantil, a mobilização de crianças em actividades militares e a violência pública ou privada contra crianças. O Congresso exige efectivas medidas de protecção da infância, através da consideração do abuso sexual e dos maus tratos de menores como crimes públicos, e a promoção de uma justiça mais efectiva e rápida para as crianças. Isto impõe alterações legislativas, a formação de agentes do aparelho judiciário e dos profissionais de intervenção social e a promoção da alteração e qualificação das práticas de intervenção judicial e social.

7. O Congresso considera que medidas de protecção devem ser empreendidas assegurando uma efectiva participação das crianças nas decisões sobre os seus quotidianos e sobre os contextos onde os exercem. A auscultação das crianças nas políticas da cidade e na governação das instituições, configura-se como um direito consagrado e uma efectiva condição de melhoria da qualidade de vida nos laços da convivialidade. A promoção de direitos participativos das crianças é uma componente fundamental da plena afirmação da cidadania da infância.

8. O Congresso dedicou parte dos seus trabalhos a estudar as metodologias da intervenção junto das crianças, destacando a intervenção precoce, a promoção da saúde, a intervenção em contextos multiculturais, a educação para os media, o desenvolvimento das expressões literárias e artísticas para e da infância e a educação da infância e a educação básica. As pro-



BOLETIM DO IAC
N.º 55

JANEIRO/MARÇO
2000

director

Márcia Rosa Araújo

editores

Clara Castilho

Gaseta Felicit

conselho editorial

Coordenadores de Serviços
do IAC

colaboradores

António Guerra

Gaseta Felicit

Manuel Coutinho

Maria João Malho

Ricardo Martins

edição

Instituto de Apoio à Criança

Largo da Memória, 11

1300 Lisboa

concepção gráfica

e produção

Joana Imaginário

fotolitos

Floseta, Lda.

impressão

Tipografia Lugo

deposição legal

N.º 74 186/94

tiragem

3000 ex.

SOS-CRIANÇA AVALIAÇÃO DOS ESTÁGIOS ENTRE 95-98

postas metodológicas e abordagens analíticas convergem num sentido da qualificação do trabalho dos profissionais e dos contextos organizacionais de formação, atendimento e guarda das crianças e a promoção de práticas que sejam capazes de conciliar a intervenção institucionalizada com a autonomia das crianças e o seu desenvolvimento em liberdade.

9. Relativamente às políticas públicas, o Congresso reclama o desenvolvimento de uma política integrada para a infância, o que exige não apenas a coordenação de acções e estruturas, como a convergência na regulação dessas políticas, com ênfase na promoção de uma intervenção articulada segundo o eixo Estado-comunidade. A oportunidade de Portugal presidir à União Europeia não deve ser deixada passar sem que as políticas para a infância entrem decisivamente na agenda europeia.

10. O Congresso considera que o fortalecimento dos laços entre mulheres e homens ligados à investigação e à intervenção junto das crianças deve prosseguir no sentido do fortalecimento do campo da investigação sobre os mundos sociais e culturais da infância, sobretudo no desenvolvimento desse esforço o apoio à internacionalização da investigação realizada em Portugal, o incremento de uma sólida colaboração no espaço lusófono e a continuidade e enriquecimento do diálogo entre investigadores e agentes sociais de intervenção no terreno, tudo isto na configuração de um campo investigativo internacionalizado e colaborativo.

11. O Congresso assistiu e participou em momentos culturais realizados por crianças, os pontos mais altos do Congresso e que simbolizam a aprendizagem dos adultos com as crianças e a intensidade e a beleza que a acção das crianças adiciona ao mundo.

Nesse sentido, e nos 10 anos sobre a Convenção dos Direitos da Criança (celebrada a 20 de Novembro passado), o Congresso saúda todas as crianças, afirmando a sua firme vontade de contribuir, pela investigação e pela intervenção, para que, no dealbar do novo século, a garantia do maior interesse das crianças seja o foco para um mundo socialmente mais justo e culturalmente mais rico e solidário. ■

No âmbito do estágio de Psicologia Clínica, realizou-se um estudo retrospectivo para avaliar e aceder à opinião dos ora profissionais que estagiaram

no SOS-Criança, que contemplava quatro fases essenciais:

De um total de 17 questionários enviados, 47% eram estagiários de Psicologia (ISPA e ULHT), 41%, estagiários de Serviço Social (ISSS) e 5,8%, estagiários de Sociologia (ISCTE), sendo 5,8% estagiários da área administrativa. Só 47% dos inquiridos responderam aos questionários, sendo 87,5% estagiários de Psicologia e 12,5% estagiários de Serviço Social.

Após o tratamento de dados e análise de conteúdo, tornou-se possível organizar a seguinte síntese de ideias:

— As condições da instituição são avaliadas, pela maior parte dos inquiridos, como sendo razoáveis, outros referem-nas como boas. São mencionadas as condições mínimas de espaço físico e necessidade de continuação com outros serviços do IAC.

— Quanto à qualidade de supervisão do estágio, esta foi avaliada com referência à pessoa do supervisor(a). Os inquiridos entendem ter tido uma supervisão que se situa entre boa e muito boa.

— No que se refere à equipa técnica, as respostas que se destacam recaem sobre aspectos que se relacionam com a disponibilidade, cooperatividade, facilidade de relacionamento, capacidade de comunicação e motivação.

— A apreciação global das condições de estágio é de um modo geral positiva. No entanto, esboçam-se algumas sugestões para o futuro que se situam ao nível do alargamento das instalações, prática em psicologia clínica, com mais atendimento personalizado, maior articulação com outros projectos do IAC, garantia de trabalho para os estagiários, novo equipamento, alargamento do serviço telefónico e participação nas reuniões de equipa.

Este é um estudo pioneiro no SOS-Criança, cuja análise de conteúdo permite um conhecimento do ambiente de estágio, ao nível emocional e profissional, sentido pelos estagiários e que, de certa maneira, pode ser prestigiante para a instituição acolhedora. Neste sentido, considera-se de grande importância a avaliação das condições de estágio no final do período estabelecido para o mesmo. O questionário que serviu de instrumento de trabalho para esta análise, sempre sujeito a melhoramentos, pode ser um instrumento de trabalho cuja análise poderá contribuir para melhor adequação do estagiário de serviço. ■



1º ENCONTRO "HUMANIZAR A RELAÇÃO EDUCATIVA"

A HUMANIZAÇÃO É UM ESTADO DE ESPÍRITO

Com o objectivo de divulgar experiências, reflectir sobre a necessidade de humanizar relações educativas na família, na escola, nas instituições de saúde e nas instituições de acolhimento de crianças, realizou-se, nos dias 3 e 4 de Fevereiro, em Coimbra, o 1º Encontro "Humanizar a Relação Educativa", no Instituto Superior de Engenharia de Coimbra. Este encontro contou com a participação de João Boavista, Eduardo Sá, Luís Neto, João Amado, Mário Cordeiro e ainda Arnadeu Baptista e Lurdes Veríssimo.

A sessão de abertura contou com as presenças de Manuela Fanes, presidente do IAC. As crianças também marcaram presença nesta sessão de abertura, através do Coro do Centro de Bem-Estar Social da

Sagrada Família, encantando os presentes com um momento musical que pela sua qualidade e ternura deu o mote aos trabalhos.

Creemos que o encontro cumpriu os seus objectivos. Os temas que se abordaram reflectem uma preocupação constante de todos os que privam diariamente com a criança.

Reflectindo, divulgando experiências, propondo algumas soluções, contribuimos de algum modo para que todos os que estiveram presentes neste encontro possam, na família, na escola, nas instituições de acolhimento e de saúde, desenvolver, na sua prática diária, novas atitudes como pais e profissionais que ajudem a criança a desenvolver-se de uma forma harmoniosa, contribuindo para a sua integração na sociedade e para a sua formação pessoal e cívica. Assim sendo, é

importante que todas as instituições e o Estado desenvolvam um trabalho transversal, tendo em vista a promoção dos direitos das crianças e jovens, evitando assim uma vida cheia de fracassos e sem projectos de vida.

Foram dois dias de percursos, de transversalidade do tema. Concluiu-se que é urgente sensibilizar, alertar, humanizar o envolvimento da criança. A mudança de atitudes é possível, desde que haja vontade política, envolvimento global, activo e multidisciplinar.

Tal como dizia António Torrado, a "humanização é um estado de espírito que implica conhecimentos e aptidões que moldem as atitudes e se traduzam numa prática diária atenta à satisfação das necessidades das crianças e das famílias" ■

"REFLECTIR AS PRATICAS PARA MELHORAR O ATENDIMENTO"

RECONHECER A DOR DA CRIANÇA

Em Novembro de 1999, o Sector de Humanização dos Serviços de Atendimento à Criança realizou o encontro "Reflectir as Práticas para Melhorar o Atendimento". Foram abordados temas diversos: "Interface dos cuidados primários e hospitalares", "A criança no hospital", "A humanização nas unidades de cuidados intensivos", "Os enquadramentos legais — que limite?", "A dor na criança" e "Tudo começa na gravidez".

A importância da ligação entre os cuidados primários e os hospitalares, o reconhecimento do Boletim de Saúde Infantil, da organização do centro de saúde, no acompanhamento do crescimento e desenvolvimento da criança que permita esforço físico e recursos humanos próprios foram aspetos igualmente salientados.

Por outro lado, foi realçada a importância de a criança poder dispor do tempo de ser criança em

toda a sua plenitude e em todas as circunstâncias de vida (casa, comunidade, escola, hospital).

Dado que a idade pediátrica vai dos 0-15/18 anos, passando por etapas com características e necessidades muito diferentes, os serviços, para responderem e cumprirem a sua missão, deverão considerar na sua organização vários aspectos, como: espaços físicos de acordo com a idade; ligação aos serviços de adultos para a transferência na doença crónica; participação activa nas tarefas do serviço; visitas de amigos e namorado/a.

O uso de novas tecnologias da comunicação permite à criança internada a ligação à escola do hospital e à escola da comunidade.

A criança, como ser autónomo e independente, necessita de um provedor para garantir que as leis existentes e criadas para ela sejam aplicadas ao seu serviço no senti-

do de protecção. As situações-problema, em que temos de recorrer aos tribunais e às leis, deverão ser cada vez mais discutidas em equipa pluridisciplinar para que para cada criança, cada família, seja encontrada a solução mais adequada. A dor da criança deverá ser reconhecida.

Foi salientada a importância da articulação entre os centros de saúde e os hospitais de vigilância da gravidez, na identificação do risco, nas necessidades encontradas e da programação da intervenção junto da grávida.

O acompanhamento durante o parto e no pós-parto, num período muito vulnerável da mulher e relevante na relação mãe-bebé, mas frequentemente dependente da motivação e disponibilidade aos profissionais, torna necessário um trabalho junto destes, para que seja mais humanizado. ■

CARTA DA CRIANÇA HOSPITALIZADA

CRIANÇAS E ADULTOS

MARGARIDA GONÇALVES PINTO DO CARMO*

Em todas as unidades do serviço de pediatria do hospital em que trabalho, existe afixado pelo menos um poster da Carta dos Direitos da Criança Hospitalizada, mas nem todas as crianças e jovens que a ele acorrem são atendidas ou internadas no serviço de pediatria.

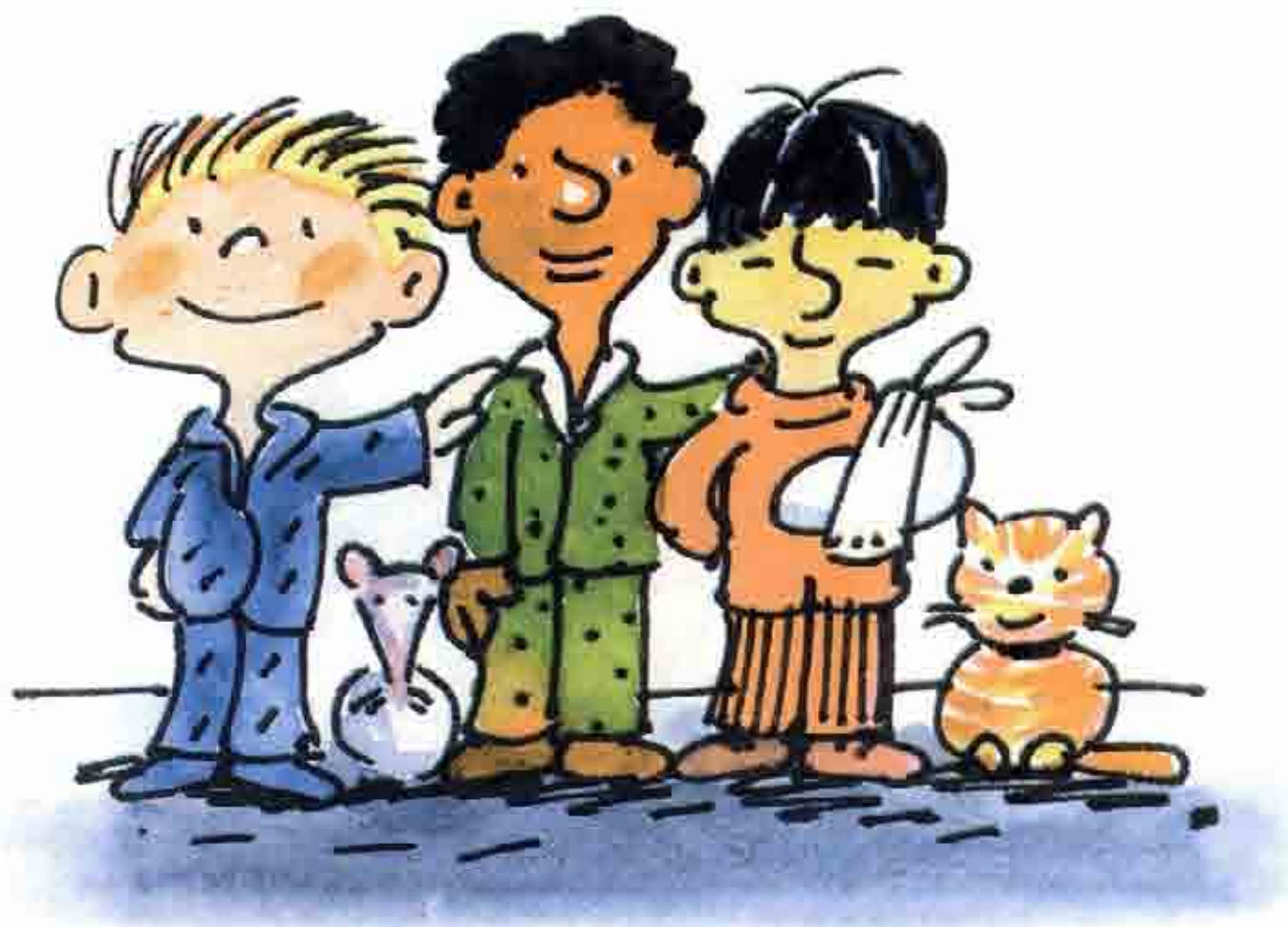
O 6º direito diz-nos que as crianças não devem ser admitidas em serviços de adultos. Estes, perante o indiscutível impacto que um internamento no hospital provoca em qualquer criança, seja qual for a sua idade, estão longe de conseguir assegurar assistência em ambiente pediátrico como elas têm direito, o que se traduz por desvantagens universalmente reconhecidas.

Trabalhar com crianças e jovens implica formação pediátrica, motivação pessoal e o desenvolvimento de um treino pediátrico que implica uma preparação específica longa, que se adquire através dos anos, todos os dias. Um serviço de adultos não concentra estes requisitos, nem a utilização de actividades lúdicas e educativas, redutoras de stress, e de que a criança e o jovem tanto necessitam durante o internamento.

O 6º direito diz-nos ainda que as pessoas que as visitam devem ser aceites sem limite de idades.

A hospitalização da criança e jovem é vivida como uma situação de crise, por ela e pela sua família, dado que representa mudanças súbitas na sua vida, perante as quais os seus mecanismos de defesa são insuficientes.

Na medida em que cada cri-



ança se insere num meio familiar, social e cultural tantas vezes determinante do próprio internamento e do seu modo de estar dentro do hospital, não deveríamos actuar como causadores do aumento de uma dor maior. Que vai além da dor física, promovendo a separação daqueles que lhe são significativos, colocando limites de idade para as suas visitas, que apenas traduzem o "querer" do profissional de saúde.

Uma situação de crise bem re-

solvida tem efeitos positivos no desenvolvimento daqueles que a vivem. Talvez um dia, os posters passem a fixar o seu conteúdo na vontade daqueles que podem melhorar o atendimento da criança ou jovem que recorrem aos nossos hospitais e deixem de estar apenas a decorar as paredes de alguns serviços. ■

* enfermeira especialista em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica do Hospital Garcia de Orta

ENCONTRO COM A MINISTRA DA SAÚDE

O Instituto de Apoio à Criança foi recebido pela ministra da Saúde, Manuela Arcanjo, no dia 27 de Janeiro. A ministra ficou muito receptiva a todas as actividades desenvolvidas pelo IAC e mostrou-se disponível para apoiar as acções do sector de Humanização dos Serviços de Atendimento à Criança.

MOTIVAR, CONTRIBUIR, COMPLEMENTAR

Pelo terceiro ano consecutivo, o sector da Actividade Lúdica realiza, entre 2 de Março a 3 de Junho de 2000, o 3º Curso de Formação em Continuidade para Dinamizadores de Projectos e de Espaços de Actividade Lúdica. Este curso destina-se a educadores de infância, professores dos 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico, profissionais e estudantes em áreas ligadas à formação humanística, à educação, às artes, às ciências (duras e doces).

O sector da Actividade Lúdica pretende com este curso atingir três objectivos: motivar a reflexão e a experiência sobre o significado das linguagens lúdicas na promoção de princípios educativos e de valores culturais, contribuir para o aperfeiçoamento, enriquecimento e actualização da intervenção dos profissionais que desenvolvem a sua actividade em áreas de competência específica no âmbito da condução, da dinamização e do acompanhamento de actividades lúdicas; complementar a formação de dinamizadores de projectos com funções educativas e socioculturais.

As características dominantes da sociedade pós-industrial (padrões de vida sedentários, stress emocional, inactividade física), o isolamento e a entrada numa sociedade de informação, implicam a necessidade de alteração e mudança de diferentes estruturas sociais, entre as quais se destacam a família, a escola e instituições similares, pelo aparecimento de novas dinâmicas que mobilizam o exercício activo dos cidadãos. Assim, uma formação na área da actividade lúdica que contemple diferentes domínios da ludicidade, aborde diferentes linguagens lúdicas e promova a gestão do tempo e a concepção de espaços lúdicos de interior e de exterior, pode proporcionar uma formação específica aos educadores, professores e profissionais ligados à educação, às artes, às ciências "duras e doces" e fornecer-lhes respostas concretas para as



necessidades sentidas nestes domínios.

LUDOTECA/BIBLIOTECA
EM CAMINHA

A Câmara Municipal de Caminha criou um projecto inovador e pioneiro no nosso país — construir uma ludoteca/biblioteca. Integrado neste projecto, realizou, no passado mês de Janeiro, o Encontro "Caminha na Construção da Ludoteca/Biblioteca", com a colaboração do sector da Actividade Lúdica do Instituto de Apoio à Criança, do Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura da Fundação Calouste Gulbenkian e da Universidade de Aveiro.

Este Encontro permitiu partilhar saberes e experiências sobre a actividade lúdica, o livro e o brinquedo e reflectir sobre as manifestações lúdicas da criança e a sua importância. Os temas do Encontro foram abordados por uma diversidade de especialistas nesta área e escritores: Maria Borja Solé, Leonor Santos, Natália Pais, Conceição Lo-

pes, João Amado, Matilde Rosa Araújo, António Torrado, entre outros intervenientes, que contribuíram para uma maior percepção e reflexão sobre os direitos da criança e a importância do livro, do brinquedo e do brincar. Durante os três dias do Encontro esteve patente uma Exposição de Brinquedos Tradicionais e um Atelier de Construção do Brinquedo.

Um dos momentos mais marcantes foi a homenagem à escritora e sócia fundadora do Instituto de Apoio à Criança Matilde Rosa Araújo.

INSCRIÇÕES PARA ACCÕES
DE FORMAÇÃO

Já estão abertas as inscrições para as próximas acções de formação do sector da Actividade Lúdica, que são as seguintes:

— 6 e 7 de Abril: "Construção de Jogos e Brinquedos com Recurso aos

Desperdícios". A acção é orientada por Carlos Queiroz, professor de

Educação Tecnológica de Ensino Especial e de Técnicas de Produção Artística.

— 18 e 19 de Maio: "Contar Histórias", com a orientação de António Fontinha, professor da Escola Profissional de Educação para o Desenvolvimento.

As Acções de Formação estão abertas a todos os animadores, professores,

educadores, ludotecários e outros profissionais de educação e comunicação. Os interessados em participar deverão contactar o sector da Actividade Lúdica (telefone/fax: 217937615) ou o Instituto de Apoio à Criança (Largo da Memória, 14, 1349-045 — Lisboa). ■

ACÇÕES DE LIGAÇÃO À COMUNIDADE CRESCER SAUDÁVEL

A actividade Acções de Ligação à Comunidade tem vindo a receber estagiários nas áreas das Ciências Sociais e Humanas, e sempre que os trabalhos de estágio sejam pelo orientador e por nós considerados pertinentes procuramos divulgá-los, o que faremos periodicamente, incluindo nessa divulgação também trabalhos passados, que o mereçam.

Desta vez daremos conhecimento excertos do trabalho "Crescer saudável em comunidade", realizado no ano lectivo de 1997/98, por Renata Barbosa Varandas, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, da Universidade Técnica de Lisboa (documento acessível para consulta no Centro de Documentação do IAC).

Actualmente, assiste-se a uma extensão dos âmbitos das ciências da saúde e da educação. Enquanto a medicina desenvolve a sua perspectiva preventiva, a escola aprofunda a sua missão educativa. Uma e outra completam-se através de acções que, sucessivamente, informam e responsabilizam o cidadão acerca do respeito pelos seus ritmos biológicos, higiene de vida, riscos que corre no abuso do consumo de produtos tóxicos e ilegais ou ilícitos e a não observância das regras profilácticas. A escola encontra-se, naturalmente, privilegiada nessa tarefa, graças à proximidade com que pode facilitar a aquisição de hábitos de vida saudáveis.

Está hoje reconhecido o interesse de desenvolver nas crianças, desde as idades mais precoces, os conhecimentos e as aptidões no campo da Saúde, que lhes permitam realizar opções relativamente aos seus estilos de vida.

Deste modo, não se pode ignorar a relação do sucesso escolar com a saúde, o bem-estar e os estilos de vida na infância e na juventude.

Os Programas de Educação para a Saúde em que a escola tome uma parte activa são de importância relevante para a promoção da saúde das crianças e da comunidade, podendo ter uma acção decisiva na criação de uma consciência de bem-estar e segurança.

Na Resolução 89/C3/01 da Comu-

nidade Europeia, a definição de Educação para a Saúde é complementada pelo conceito de que se trata de um processo educacional compreensivo, cuja responsabilidade deve ser partilhada pelas comunidades, pelas instituições e pelos diversos grupos sociais. Daí que a escola assuma um papel fundamental nesta área.

A escola é o local onde as crianças e os jovens passam grande parte da sua vida. Por isso, esta assume um papel de extrema importância na aquisição de atitudes, de conhecimentos, de habilidades, relacionados com a Promoção da Saúde.

O currículo de Educação para a Saúde para os vários graus de escolaridade, estabelecido a nível nacional, não pode existir isoladamente.

Os conhecimentos que são dados em sala de aula devem ter como "suporte" os princípios éticos e os valores que a escola utiliza e defende, enriquecendo e conferindo mais vida a esses mesmos conhecimentos.

Não é possível desenvolver Educação para a Saúde na Escola sem se reconhecer previamente que nenhuma instituição detém sozinha a resposta a todos os problemas actuais e é indispensável a cooperação entre a família, a escola, os serviços de saúde e a comunidade.

Não é possível intervir sem partir do conhecimento da comunidade onde se vai trabalhar, das suas necessidades, conceitos e preconceitos e dos comportamentos dos vários grupos sociais.

Em 1974, no Canadá, Lalonde lançou uma proposta inovadora e actualmente vigente em muitos países de Política Governamental, não apenas de Política de Saúde. Esta proposta, utilizada universalmente como referência para definição de Política de Saúde nos países avançados e como programa de "Saúde para todos no ano 2000" da Organização Mundial de Saúde, representa um ponto de referência obrigatório para todas as sociedades que ambicionam como objectivo prioritário a melhoria de saúde e da qualidade de vida, com evidente diminuição das desigualdades sociais.

É importante dar ênfase à Educação para a Saúde, mas não é possível ignorar o principal problema

que actualmente se coloca às sociedades: o drama da pobreza.

A pobreza, em todas as suas formas e manifestações, é um autêntico problema de saúde de qualquer sociedade, independentemente do seu estado de desenvolvimento. Está intimamente associada à ignorância, pelo que uma e outra não podem ser esquecidas quando se fala em educação sanitária.

Outro aspecto não menos importante reside na reflexão de que a Política de Saúde não é uma exclusividade do departamento governamental de saúde ou de qualquer outro afim

A Política de Saúde é, deve ser, parte importante do conjunto da política global do governo e de todas as instituições, na medida em que o fim último da política governamental consiste em priorizar a qualidade de vida dos cidadãos, onde a Saúde é uma componente fundamental.

A Declaração d'Alma Ata da OMS em 1978 ["Cuidados Primários de Saúde", relatório conjunto OMS-UNICEF, apresentado na Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, Alma Ata, URSS, 6 a 12 de Setembro de 1978] defende que "o povo tem o direito o dever de participar, individual e colectivamente, no planeamento da protecção da saúde", reconhecendo deste modo o peso da participação comunitária nos seus destinos.

Complementarmente, diga-se que o desenvolvimento do Projecto a que o texto se refere supõe à partida a formação/constituição de uma equipa de trabalho sempre ligada ao Centro de Saúde da zona onde a escola se situa, a análise da realidade comunitária (número de alunos, sua caracterização sociocultural, organização físico-espacial dos edifícios e meio envolvente, etc.), criação de objectivos e definição conjunta da metodologia e das actividades a desenvolver. Finalmente, supõe avaliação constante. ■

I A C P R E S E N T E

— O pediatra e sócio e membro do IAC Agostinho Moleiro, actual governador civil de Beja, falou sobre a criança na Escola Superior de Ciências da Saúde da Zona Sul, no Monte da Caparica, no dia 15 de Janeiro.

— Realizou-se, no dia 19 de Fevereiro, em Guimarães, o encontro organizado pela Confederação Nacional de Acção sobre Trabalho Infantil (CNASTI), intitulada "As mais graves formas de trabalho infantil", nas instalações da Casa Diocesana. Presentes pelo IAC, Ana Perdigão, do Gabinete de Apoio Jurídico do IAC, e Matilde Sirgado, coordenadora-geral do Projecto Rua, como oradoras, e Nuno Cabral, responsável pela Equipa de Intervenção da Comunidade de Fuga — Projecto Rua.

— No dia 22 de Fevereiro, Ana Isabel Carichas, Lídia Costa, Sónia Valente e a estagiária Conceição Gonçalves, bem como cinco crianças do Grupo dos Dreads, três adolescentes do Grupo das Sereias e Tubarões, estiveram em Braga, no encontro "Um lugar para todos no novo milénio, crianças em risco — Que futuro?", em representação do IAC, Projecto Rua — Em Família para Crescer, no Instituto de educação e Psicologia da Universidade do Minho. "Os Meninos do IAC" fizeram ouvir a sua voz e contaram a todos os presentes o que têm vindo a fazer ca companhia da equipa do Bairro do Condado.

— No âmbito de um projecto de parceria entre o IAC, o Projecto Rua e o Fórum Europeu para a Segurança Urbana, Paula Paço participou, em Paris, num encontro promovido pelo fórum, nos dias 21 e 22 de Fevereiro. O encontro teve como objectivo a apresentação dos vários parceiros envolvidos no projecto, assim como a actividade do mesmo.

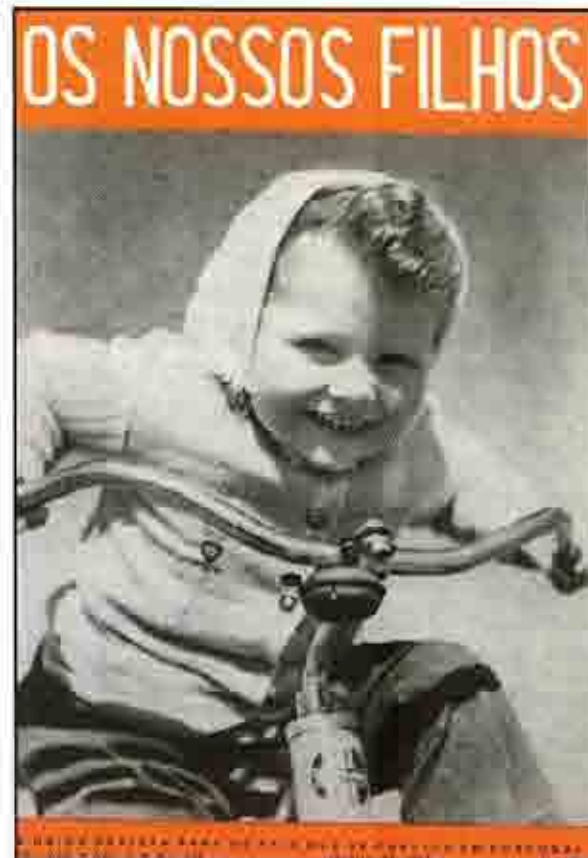
— O IAC comemorou, no dia 14 de Março, o seu 17º aniversário, de uma forma muito discreta, como já vem sendo habitual. Realizou-se uma missa na Igreja da Memória, seguida de um almoço de confraternização na sede da instituição. Foi apresentado o logotipo do site do IAC para a Internet, em construção pela Multi-base, ao abrigo da lei do mecenato. Foi com imenso agrado que todos os presentes receberam esta iniciativa de visibilidade global ao nível das novas tecnologias de informação.



— Decorreu nos dias 17 e 18 de Março, na Aula Magna do ISCTE, organizado pela CML, o encontro "Experiências educativas 2000", como preparação para o Congresso Internacional a realizar em Novembro sobre as "Cidades Educadoras", de que Lisboa faz parte. Estiveram presentes pelo IAC Maria João Malho e Fernando Carvalho (Acções de Ligação à Comunidade), Gisélia Filipe (Centro de Documentação e Informação) e Palmira Carvalho (Projecto Rua).

— A convite da Prosalis, Manuela Fanes aceitou integrar a comissão de honra do "X Workshop sobre toxicodependência em meio prisional" e XI Workshop sobre drogas em meio laboral", nos dias 27 e 28 de Abril, na Fundação Calouste Gulbenkian.

MARIA LÚCIA NAMORADO



Maria Lúcia Namorado, sócia fundadora do IAC, nº 59, faleceu no dia 9 de Fevereiro.

Eriou e dirigiu a revista *Os Nossos Filhos*, que, desde 1943 e durante vinte anos, foi "a única revista para os pais que se publica em Portugal".

"Lembro todas as mães que ao longo destes dezasseis anos encontraram em *Os Nossos Filhos* a palavra e a compreensão que lhes faltava e as ajudou. Lembro todas as crianças que só por isso foram muito mais felizes", citava-se no texto do nº 4 do BOLETIM DO IAC, em que se reproduzia a capa a revista de Janeiro de 1955. Com uma apreciação final: "A sua personalidade aposta na infância como elemento motor do futuro da humanidade... Humilde viver, pleno de civismo e de entrega a uma causa nobre". ■

ALBERTO MACHADO

Faleceu, no passado mês de Fevereiro., Alberto Machado, sócio fundador do IAC nº 5, que exercia as funções de presidente da Assembleia Geral, desde 1993, tendo anteriormente sido membro do Conselho Coordenador e presidente do Conselho Fiscal.

Personalidade sempre preocupada com a infância, deu ao IAC o seu melhor contributo na luta pela implementação de novos direitos da criança e na organização do Instituto. ■